

**Prática Científica no Brasil colonial:  
Ilustrado luso brasileiro a serviço da natureza  
(1786 – 1808)**

Ana Paula dos Santos Lima\*

**Resumo:** Este trabalho trata da prática científica de Baltasar da Silva Lisboa considerando sua formação ilustrada valorizando a perspectiva historiográfica das ciências naturais. Esse intelectual iluminista fez parte da geração de estudantes da Universidade de Coimbra que afincados na perspectiva naturalista ensinada por Domingos Vandelli elaboraram relatórios acerca da utilização dos recursos naturais no território brasileiro e desenvolveram estudos científicos ocupando-se com os problemas referentes à realidade do Brasil. Baltasar Lisboa considerava a Mata Atlântica um sublime celeiro da natureza e expressou que o corte indiscriminado de árvores era uma “ameaça aos dons da natureza”.

**Palavras Chave:** Ciência, Natureza, Brasil colonial

**Abstract:** This work aims to study the scientific practice of Baltasar da Silva Lisboa considering his career valuing the historiographic perspective of the natural sciences. Baltasar da Silva Lisbon took part of the generation of students of the University of Coimbra that believes in the naturalist perspective according to Domingos Vandelli and produced reports about the use of natural resources in Brazilian territory and developed scientific studies occupying themselves with the problems concerning the reality of Brazil. According to Baltasar da Silva Lisboa the Mata Atlantica biosphere reserve a "barn of the sublime nature" and still believed that the indiscriminate cutting of trees was a "threat to the gifts of nature."

**Keywords:** Science, Nature, Brazil colony

### **Homem de Ciência**

Baltasar da Silva Lisboa, intelectual ilustrado luso brasileiro se referiu ao corte indiscriminado das madeiras em Ilhéus, fez críticas inclusive à exploração do pau brasil considerando que se não houvesse uma efetiva mudança nos cortes dessas árvores, logo elas deixariam de existir prejudicando a própria natureza e aos homens. Ele foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Real para a

---

\* Bolsista CAPES. Historiadora (Universidade Estadual de Santa Cruz) Mestra e Doutoranda em Ensino, Filosofia e História das Ciências (Universidade Federal da Bahia – Universidade Estadual de Feira de Santana) realiza essa pesquisa orientada pelo Prof. Dr. José Carlos Barreto de Santana

Propagação das Ciências em Nápoles e Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Atuou como Juiz de Fora do Rio de Janeiro e exerceu por vinte anos o cargo de Conservador das Matas de Ilhéus iniciado em 1797, vale ressaltar que a maior parte de seus trabalhos se refere ao período em que ocupava esse cargo. Estudou na Universidade de Coimbra no período da reforma pombalina, fez parte do grupo de intelectuais que confiavam na felicidade coletiva através do progresso da ciência. Acreditava que os homens deveriam interferir na natureza com inteligência e a filosofia iluminista denotava a condução para esse fim.

O lugar social de Baltasar da Silva Lisboa é como Juiz e Naturalista numa sociedade mercantilista, em pleno processo de modernização industrial e em meio a revolução intelectual e social conhecida como iluminista européia. Enquanto naturalista produziu saber partindo de uma concepção ôntica, referindo-se “à estrutura e à essência própria de um ente, aquilo que ele é em si mesmo, sua identidade, sua diferença em face de outros entes, suas relações com outros entes”. Considerando a classificação de Marilena Chauí (2000) sobre as estruturas ônticas em nossa experiência cotidiana, diríamos que Baltasar Lisboa ocupou-se da categoria, “entes materiais naturais que chamamos de *coisas reais* (frutas, árvores, pedras, rios, estrelas, areia, o Sol, a Lua, metais, etc.)”. Como Juiz desenvolveu uma retórica jurídica que valoriza o conectivo deôntico, *dever ser*, conforme Coelho (2000) tanto a norma como a proposição jurídica são enunciados deônticos, isto é, “verificado o antecedente, deve ser o conseqüente”.

Em seus relatórios, Baltasar Lisboa buscou conscientizar a Coroa portuguesa sobre os estragos que a natureza brasileira sofria no início do século XIX por conta da exploração das madeiras. Em uma de suas correspondências chegou a sugerir que a situação lamentável dos bosques em sua época era resultado do acúmulo de irresponsabilidades dos colonizadores. Em sua atuação como Juiz Conservador das Matas de Ilhéus Baltasar Lisboa procurou harmonizar os interesses comerciais vigentes com a necessidade vital das matas: “facilitem os meios de poder fazer as replantações das arvores dos bosques, conservando as existentes, fazendo os cortes úteis, e rendosos a Real Fazenda, observando-se as leis de um sistema agrônomo próprio do local” (Lisboa, 1805).

Classificar, nomear, descrever era a prática naturalista no século XVIII, observar a natureza significava fazer ciência e Baltasar da Silva Lisboa foi um importante contribuinte para o acervo de relatórios sobre o Brasil. Sua prática científica valorizou a região Sul baiana. O contexto em que ele se tornou Juiz e Naturalista foi permeado pelo esforço de Portugal de se aproximar dos debates sobre economia da natureza e filosofia natural, pressupostos fisiocráticos disseminados notoriamente na França. Nesse sentido, D. José I, através de seu

ministro, o Marquês de Pombal, empreendeu substanciais reformas no currículo da Universidade de Coimbra. Domingos Vandelli, intelectual ilustrado italiano, foi convidado para colocar em prática esses objetivos reformadores. Alunos luso brasileiros ligados a Vandelli formularam críticas sobre a utilização dos recursos naturais na colônia Brasil. Esse tema se tornou motivo de freqüentes debates na Universidade de Coimbra e na Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 1799.

Baltasar da Silva Lisboa fez parte da geração de estudantes da Universidade de Coimbra que afincados na perspectiva naturalista ensinada por Domingos Vandelli elaboraram relatórios acerca da utilização dos recursos naturais no território brasileiro. Ele estudou em paralelo ao curso jurídico: Química, Física Experimental, Geometria e História Natural (Lisboa, 1840: 396). Os relatórios feitos por ele, referentes aos estudos naturais, têm sido uma espécie de bússola para os pesquisadores centrados na produção científica dos ilustrados luso brasileiros da geração de 1790<sup>1</sup>. Ermelinda Pataca (2006), por exemplo, analisando as viagens filosóficas orientadas por Domingos Vandelli refere-se muitas vezes ao *Discurso Histórico*<sup>2</sup> como manifestação do norte teórico desses ilustrados (Pataca, 2006: 40/71). Da Cruz (2004), por sua vez, tendo como centro esse mesmo documento reconstrói a estrutura educacional que formou esses intelectuais (Da Cruz, 2004: 37).

J. A. Pádua considera o *Discurso Histórico* um marco de suma importância nos estudos acerca dos delineamentos da crítica ambiental brasileira. Esse autor considera que Baltasar Lisboa “combinava uma sólida formação jurista com bons conhecimentos de filosofia natural” (Pádua, 2004: 101). Warren Dean (1996) qualificou Baltasar da Silva Lisboa como importante aplicador das políticas de Souza Coutinho. Maria Odila Dias (1968) entende que esse *Discurso* “é uma sugestiva orientação prática” dos estudos empreendidos na Universidade de Coimbra, pois demonstra a finalidade de desenvolvimento e de progresso técnico a que se destinaram os estudos dessa instituição” (Dias, 1968: 116).

Baltasar Lisboa discursava acreditando ser um agente da ilustração no Brasil, cujo dever era “iluminar” os povos. Ele observava a flora, a fauna, os nativos, comparando aos da

---

<sup>1</sup> “Geração de 1790”, denominação dada por Kenneth Maxwell aos ilustrados luso-brasileiros que se formaram na Universidade de Coimbra depois da reforma pombalina, foram alunos de Domenico Vandelli e elaboraram relatórios sobre, dentre outros assuntos, a realidade econômica e natural do Brasil no final do século XVIII e início do XIX. Ver: MAXWELL. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. RJ: Paz e Terra, 1999.

<sup>2</sup> Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas. UFP – Curitiba, 2004.

Europa. Ele tinha por modelo a civilização européia e suas pesquisas se destinavam ao desenvolvimento econômico de Portugal.

### **O Relatório de 1808**

Baltasar da Silva Lisboa foi encarregado de aperfeiçoar uma estrada entre as vilas da Comarca de Ilhéus pela portaria de quatro de março, obedecendo a Carta Régia de vinte e quatro de fevereiro de 1808, dirigida ao excelentíssimo Conde da Ponte, então governador da Bahia. Segundo ele, esse empreendimento teve como objetivo facilitar o acesso à Capital facilitando o contato entre os habitantes das vilas.

Escreveu um relatório sobre esse empreendimento de cerca de cem páginas manuscritas intitulado “*Abertura de uma estrada*”, são descritos aspectos físicos, geográficos e humanos das cerca de vinte vilas atingidas pelo projeto da estrada. Suas observações estavam centradas nas características econômicas e infraestruturais das localidades, cujo projeto se referia a “todos os lugares da costa e terra firme por duzentas léguas desde a vila de Valença até o Rio Doce”. Neste percurso, ele pôs mais de 40 pontes de madeiras, além de barcas e canoas em diversos rios para permitir trânsito aos viajantes.

Segundo Silva Campos, o plano de abrir estradas na comarca de Ilhéus, através das matas asfíxiantes que dificultavam as comunicações com o sertão, era há muito tempo interesse da população desta comarca. Ele considerou que “nunca deixaram de compreender que tais matas e a inavegabilidade dos rios eram formidáveis entraves opostos à dilatação do povoamento e conquista da terra” (Campos, 1981: 233).

No relatório sobre a abertura de uma estrada de 1808, são descritas mais de vinte vilas, das quais as vilas de Valença, Cairu, Boypeba, Camamu, Santarém, Índios de Barcelos, Marahu, Invocação de São Sebastião, Barra do Rio de Contas, Ilheos, Olivença, Barra de Belmonte, Porto Seguro, Trancozo, Prado, S. Bernardo de Alcobaça, Caxoeira, Viçosa, S. Mateus etc. No território baiano, a estrada planejada por Baltasar Lisboa teve como ponto de partida o atual município de Valença, percorrendo todo o litoral Sul da Bahia até o município de Mucuri.

Baltasar Lisboa expressou neste documento que a felicidade dos povos foi o fim sobre o qual se debruçaram suas pesquisas empreendidas no Sul da Bahia e essa felicidade estaria no desenvolvimento da civilização através do domínio da natureza pelo uso da razão, critério típico de um iluminista, considerou: “(...) Que esclarecendo o entendimento dos povos, os

conduz pelo progresso da Civilização, a sua perfectibilidade e felicidade”. Entendia a perfectibilidade como uma beneficência por ter gerado a civilização, o melhor estado do homem.

Apresentou opinião sobre os indígenas da região Sul da Bahia, descreveu seus costumes. O saber indígena, conforme ele deveria ser aproveitado, inclusive, escreveu outro relatório sobre madeiras de construção considerando em muitos momentos informações adquiridas com os índios. Explicitou: “muitas outras [plantas] ignoramos completamente, mas sabemos sim que os índios conhecem imensas que servem de antídoto contra inumeráveis enfermidades” (Apud Pádua, 2004: 66).

A selvageria não era para ser apreciada, como sugeriu Rousseau uma de suas referências teóricas, ao contrário, era preciso civilizá-los e salvar as suas almas. Baltasar Lisboa olhava para a realidade do Brasil a partir dos preconceitos europeus, os índios eram para ele indolentes se comparados ao tipo de homem europeu. Demonstrou em seu relatório o intuito de possibilitar a educação dos índios, ensiná-los a prática da agricultura, encaminhando-os assim ao estado de civilização que se dava através da prática da agricultura, preconização fisiocrática a qual Baltasar da Silva Lisboa teve um forte contato através de Vandelli.

Para Baltasar Lisboa é pelas relações entre os homens que se institui a sociedade civil, pois, neste relatório de 1808 afirmou que os caminhos abertos tinham o objetivo de facilitar o acesso a Capital, “tornando fáceis as comunicações entre longínquos e diferentes climas e povos” e representando o “selo da civilização no Brasil”. Os elementos naturais em seu discurso denotam objetos que incentivam a exposição de sentimentos: “foi fundada a Vila (Ilhéus) em uma vargem alegre, a borda d’agoa, formozada de Coqueirais” (Lisboa, 1808), denotam recursos importantes para a existência.

Esse ilustrado luso brasileiro explicitou que pretendia, através de suas pesquisas, “dominar a Natureza, pelas obras da inteligência, que considera o mundo, segundo as suas relações físicas, e morais, e dá ao homem a verdadeira sabedoria do amor de Deus, e da Justiça (...)” (Lisboa, 1808). Para ele a civilização se evoluía por meio da prática da agricultura e a natureza denotava o espelho da pureza humana e elementos de elevação dos sentimentos.

## **A Mata Atlântica**

Há cerca de duzentos anos Baltasar Lisboa, homem de ciência iluminista teve a impressão de que a natureza reclamaria os estragos da exploração predatória, mas continuaram-se os mesmos comportamentos. A Mata Atlântica brasileira representa hoje um dos biomas terrestres mais biodiversos do planeta e, ao mesmo tempo, um dos mais ameaçados pela ação antrópica, restando cerca de 7% de sua cobertura original. Está incluída, atualmente, em análise feita pela *Conservation International*, na lista das vinte e cinco áreas de maior prioridade para conservação da biodiversidade do globo. Mais da metade do Corredor Ecológico do Descobrimento encontra-se no Estado da Bahia e se estende da Baía de Todos os Santos ao Sul do Estado do Espírito Santo (Franke, 2005: 17).

Desde os primeiros momentos da colonização do Brasil a convivência com a Mata Atlântica marcou a formação da economia e da sociedade brasileira. No começo do século XVI quando os europeus chegaram pela primeira vez ao nosso território, o tamanho da massa verde que cobria o litoral do Nordeste ao Sul do país, podendo penetrar de cem a quinhentos quilômetros no interior, devia estar em torno de 130 milhões de hectares (Pádua, 2004: 15). Excluindo as áreas que cobrem o território do Paraguai e Argentina, teríamos cerca de 127 milhões de hectares em solos brasileiros. Existem na Mata Atlântica árvores com mais de cem anos, outras de circunferência muito grande, podem ser muito mais velhas, com idade até mil anos, há árvores que se elevam a trinta e cinco metros ou mais (Dean, 1996: 32).

A abundância de recursos naturais pasmou os europeus mas não os seduziu. Para Caio Prado (1972), o “sentido da colonização” do Brasil foi o desenvolvimento econômico de Portugal calcado no capitalismo comercial europeu. Segundo ele, “todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou chamar dos ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (Prado, 1972: 22). A riqueza natural do Brasil foi fascinante aos olhos do colonizador, mas o fascínio durou pouco frente aos interesses que conduziram à colonização. A Mata Atlântica como um todo era um obstáculo aos interesses de Portugal, apenas algumas de suas peculiaridades interessavam ao colonizador.

Baltasar Lisboa criticou o método que estava sendo utilizado antes dele assumir a função de Juiz e Ouvidor da comarca de Ilhéus, explicitou que a prática de antes era prejudicial, pois “(...) quando se derrubavam, a árvore caía, e escalava dez, doze que a gravidade do peso na queda as fazia ceder: que estas árvores escaladas ficavam perdidas”, ao invés de “[deixar] paus galivados cortados nas matas, o que é inútil” devia-se atentar para o

fato de que “muitas delas se poderiam aproveitar para embarcações mais pequenas (...)” (Lisboa, 1803).

No relatório sobre a *Abertura de uma estrada*, Baltasar Lisboa apontou as localidades propícias ao corte de madeira e referendou a aplicação da inteligência para se obter cortes regulares e proveitosos. Também no relatório ao Visconde de Anadia, considerou que o “ônus imposto nas propriedades da conservação dos paus Reais, é a todas as luzes de uma necessidade absoluta”, e era necessário que a Coroa exigisse que os particulares conservassem as matas, criticou:

*O entrarem nas matas reservadas a sua vontade para cortarem os paus Reais, seria permitir o mais intolerável abuso, e uma vez, que os particulares tiverem aquela graça, impunemente praticarão todo o gênero de assolamento dos bosques (Lisboa, 1805)*

Sugeriu ainda que se possibilitassem “os meios de poder fazer as replantações das árvores dos bosques”, pois ao mesmo tempo que perduraria a natureza também a Coroa continuaria “fazendo os cortes úteis, e rendosos a Real Fazenda”. Era necessário, porém, que os cortes fossem baseados em “leis de um sistema agrônomo próprio do local, para que as árvores cortadas sejam proveitosamente empregadas” (Idem). Para se obter um bom proveito dos cortes Baltasar Lisboa aconselhou que as madeiras fossem cortadas e armazenadas em celeiros construídos “segundo a arte tem demonstrada a utilidade”, pois assim as preservariam “do ar, das chuvas dos eflúvios que saem da terra, que lhes comunica os princípios da sua dissolução e destruição, enormemente nos países do Brasil quentes e úmidos” (Idem). Seu posicionamento era de total preocupação com o assolamento dos bosques:

*He a conservação das matas o objeto da mais grande importância, não só pela irreparável perda dos monstruosos paus derrubados e queimados, de que a Marinha e o Serviço público ficam privados, como porque os meteoros e eflúvios nelas formados dão nascimento as periódicas chuvas; que fazem o pais doce e fértil, e destruídas e acabadas, aquelas deixarão de cair, e de regar a terra, tornando os belos terrenos áridos e infecundos; a lavoura será desamparada, os Povos pobres, e desgraçados, e a Marinha sentirá uma perda incalculável (Idem).*

Pádua (2004) explica que a “teoria do dessecamento”, que pode ser notada nesta citação, possuía uma ampla discussão nesse período. José Bonifácio, por exemplo, advertiu, em 1823, sobre a falta das “chuvas fecundantes” que poderia reduzir o belo território brasileiro aos desertos das Líbia. Essa teoria versava sobre os riscos das mudanças climáticas antropicamente induzidas e a relação entre a destruição da vegetação nativa com a redução da umidade, das chuvas e dos mananciais de água. Esse autor esclarece ainda que, apesar de haver enfoques como esse desde o pensamento antigo, o estabelecimento dessa concepção em

bases sólidas deu-se no final do século XVII e início do XVIII, através das investigações realizadas em Cambridge por Jonh Woodward e Stephen Hales e na Academia de Ciências e no Jardim du Roi por Buffon e Duhamel (Pádua, 2004: 46).

Presentemente temos certeza que as florestas não são infinitas e cabe observarmos a quais advertências estamos surdos, atentarmos aos discursos que estão procurando manter o *status quo* e os indivíduos que se interessam pela situação vigente. É verdade que as palavras são descontínuas, mas com certeza a natureza não. O que foi feito no passado tem interferido diretamente nos homens atuais.

Lembrando a perspectiva de Marc Bloch nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto (Schwarcz, 2002: 09). Mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala se não quando se sabe interrogá-lo, conforme Bloch (2002) é a pergunta que fazemos que condiciona a análise. A atual conjuntura de crise ambiental nos remete a indagar a dinâmica entre o homem e a natureza no decorrer do tempo. Como historiadores pós Marc Bloch temos compromisso com publicação de historicizações que ajudem os indivíduos a compreenderem o presente através de dinâmicas do passado considerando que a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado e ao mesmo tempo é uma fantasia esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.

### **Considerações finais**

Em seus relatórios Baltasar da Silva Lisboa buscou conscientizar a Coroa portuguesa sobre os estragos que a natureza do Brasil sofria no início do século XIX por conta da exploração das madeiras. Classificar, nomear, descrever era a prática naturalista no século XVIII, observar a natureza significava fazer ciência e Baltasar Lisboa foi um importante contribuinte para o acervo de relatórios sobre o Brasil. Sua prática científica valorizou a região Sul baiana e utilizava a linguagem naturalista, descritiva, minuciosa, informativa e ao mesmo tempo interpelativa, pois escreveu considerando o seu cargo público de Juiz. Criticou fervorosamente o método que estava sendo utilizado antes dele assumir a função de Juiz e Ouvidor da comarca de Ilhéus, explicitou que a prática de antes era prejudicial, pois se derrubavam as árvores sem cuidado e aproveitamento. Compreender seu discurso pressupõe notarmos a dinâmica entre o homem e o meio ambiente no tempo de forma crítica e histórica.

## Fontes

Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805. AHU/ APEB Cx. 237 doc. 16.331

LISBOA, Baltasar. Memória acerca da Abertura de uma Estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente – 1808. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, maço 512 (58, doc.52).

\_\_\_\_\_. Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... por Baltasar da Silva Lisboa, 1803, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24).

\_\_\_\_\_. Memória sobre a comarca de Ilhéus - 1802. AHU/ APEB - cx. 122. doc. 24.002.

LISBOA, Bento da Silva. Biografia do conselheiro Baltasar da Silva Lisboa. Revista IHGB. N.2, 1840.

## Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de cultura, 1981.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

COELHO, Fábio. *Roteiro de lógica jurídica*. 3ed. São Paulo: Max Limonad: 2000.

DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Revista do IHGB, primeiro trimestre: 105-70, 1968.

FERRONE, Vincenzo. O homem de ciência. In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Capítulo V. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

FRANKE, Carlos Roberto (et al) (org.). *Mata Atlântica e Biodiversidade*. Salvador: EDUFBA, 2005

KURY, Lorelai. Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol 11 (supplement): 109 – 20, 2004.

LIMA, Ana Paula. *Prática Científica no Brasil Colônia: Ilustrado luso-brasileiro a Serviço da Natureza (1786 – 1808)*. Biblioteca Central Julieta Carteado – UEFS. Feira de Santana, 2008.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PRADO, JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Campinas, SP. [s.n.], 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.